

PUBLICIDADE LEGAL



PÁGINA CERTIFICADA

O JORNAL DE SANTA CATARINA
Confirma a autenticidade deste documento
quando visualizado diretamente no portal
<https://www.nsctotal.com.br/publicidadelegal>

EDIÇÃO DIGITAL | ANO 02 | Nº 469



PUBLIQUE AQUI
(47) 3221-1402
marketing.blumenau@somosnsc.com.br



UNIVALI - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ | CNPJ 84.307.974/0001-02



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Identidade: A Fundação Universidade do Vale do Itajaí (Fundação UNIVALI) é uma entidade de direito privado sem finalidade de lucros, constituída para promover a educação, a ciência e o desenvolvimento social. Para cumprir seu objetivo social, mantém a Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI, que vem apresentar o relatório anual da administração, suas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 acompanhados do parecer dos auditores independentes e aprovados pelo Conselho de Administração Superior - CAS, conforme a Resolução nº 010/CAS/2021, de 24 de março de 2021 e pelo Conselho Curador em conformidade com o Parecer nº 001/CURADOR/2021 de 26 de março de 2021. **Investimentos:** A Fundação UNIVALI, atenta à necessidade de modernização e priorização da excelência em seus serviços, vem promovendo melhorias contínuas em seus processos e instalações. Dentre os investimentos realizados em 2020, evidenciam-se as obras de infraestrutura para instalação de novas antenas para ampliação da cobertura da rede Wi-Fi em todos os campi da Univali, com recursos captados junto ao BRDE. Destaque também para a continuidade das ações previstas no Programa de Eficiência Energética - CELESC 2018, com a substituição de 27 (vinte e sete) equipamentos de ar condicionado, por novos modelos com tecnologia inverter, na Biblioteca Central do campus Itajaí. Também foram executadas algumas ações focadas na melhoria da infraestrutura dos campi. No campus Itajaí, na Escola de Ciências Jurídicas e Sociais, foi implantado um espaço exclusivo para orientação de trabalhos - a sala de Orientações do Programa Pós-Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais. Na Escola de Ciências da Saúde, foi estruturado o Núcleo Integrado de Disciplinas (NID) com a unificação de salas para ofertar disciplinas presenciais compartilhadas por acadêmicos de diferentes cursos da Escola de Ciências da Saúde. A Clínica de Nutrição passou por uma reformulação de layout, com a instalação de mais três salas, ampliando a oferta de campo de estágio para os acadêmicos do curso de Nutrição e a capacidade de atendimento à comunidade. Em 2020, a instituição devolveu o imóvel locado onde funcionava o Escritório Modelo de Advocacia (EMA), o qual foi transferido para as dependências do campus Balneário Camboriú. Na sequência, houve o remanejamento e reestruturação do Laboratório de Estética do campus Balneário Camboriú para outro pavimento (as salas que antes eram ocupadas pelo laboratório foram cedidas para alugar o Escritório Modelo de Advocacia). **Resultados financeiros:** Do ponto de vista econômico, no exercício de 2020, as receitas geradas pela Fundação UNIVALI foram suficientes para cobrir seus custos e despesas, o que resultou em um "superávit" de R\$ 19.085 (dezenove

milhões e oitenta e cinco mil). As obrigações de curto e longo prazo, que eram de R\$ 136.824 (cento e trinta e seis milhões e oitocentos e vinte e quatro mil) no ano de 2019, passaram para R\$ 143.854 (cento e quarenta e três milhões e oitocentos e cinquenta e quatro mil) no ano de 2020. **Resultados institucionais 2020** • Em 2020, mesmo em situação da pandemia do novo coronavírus, a Univali demonstrou sua importância para as comunidades que a acolhem, e além de cuidar da excelência do ensino, voltou-se para as comunidades de entorno, evidenciando sua característica comunitária. A Instituição colocou sua infraestrutura, tecnologia e conhecimento, voluntariado e extensão, a serviço da população no enfrentamento à pandemia. Em campanha de arrecadação de doativos para famílias carentes, na produção de máscaras de proteção em impressoras 3D para doação a hospitais públicos e entidades filantrópicas, na produção e doação de álcool em gel, sabão líquido e jalecos para a secretaria de saúde, na organização e acompanhamento de pesquisas, e no acolhimento online aos estudantes, funcionário e professores, além de outras atividades envolvendo todos os setores e as Escolas do Conhecimento. Ainda, adaptou suas atividades administrativas para o ambiente remoto, com campanhas de orientação e apoio à saúde mental de seus colaboradores, bem como estipulou medidas institucionais de contingência frente à emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, definindo os procedimentos e protocolos institucionais adequados às práticas recomendadas pelas autoridades de saúde brasileiras. E a Univali ainda inovou, com o lançamento do IDEA - Programa Personalizado de Estudos e de Imersão no Ensino Superior, que permite a estudantes do ensino médio, egressos e outros interessados a cursar disciplinas da graduação a sua escolha. Também lançou um novo Doutorado Interinstitucional - Dinter - entre o Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia Ambiental e a Universidade Estadual Tocantina do Maranhão (Uemasul), localizada no município de Imperatriz. O Programa de Pós-Graduação em Ciência Jurídica lançou o curso de especialização em Ciência Jurídica com o Estágio Pós-Doutoral. Entre todos os eventos institucionais anteriormente planejados e realizados de maneira virtual, o Terceiro Prêmio de Inovação Univali recebeu recorde de inscrições. E uma live com o grupo Expresso Rural homenageou professores e funcionários técnico-administrativos no dia 15 de outubro. O 19º Seminário de Iniciação Científica recebeu 166 resumos de graduação e pós-graduação, com mais de 100 horas de apresentações e mais de 4 mil visualizações. As bolsas de produtividade em pesquisa receberam incremento de 13,6% em 2020, 20,8% nas bolsas PIBIC-EM e PIBIT, e 40,3% nas bolsas de Artigo 170 e 171. A Internacionalização consolidou o Programa de Dupla Titulação para cursos de graduação e pós-graduação. E a expertise da instituição na

resolução de problemas também tem atraído a atenção de órgãos públicos e privados para mais desafiadoras parcerias de prestação de serviços. **Tantas atividades mereceram o reconhecimento da sociedade para a Instituição, professores, curso e alunos.** Veja alguns deles: **Selo Social A** Univali recebeu o Selo Social dos municípios de Camboriú, Balneário Camboriú e Itajaí, que também destacou o projeto de extensão Plante Saúde como um dos mais importantes do ano. **ALESC A** Assembleia Legislativa de Santa Catarina concedeu o certificado de Responsabilidade Social para a Univali. **Nova Patente** O INPI concedeu a primeira patente de medicamento fitoterápico à Univali, resultado do trabalho de pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacológicas que estudam as propriedades analgésicas, anti-inflamatórias e anti-febris da planta aleurites molucana. **Pesquisadores mais influentes** E o reitor, Valdir Chinel Filho, foi considerado um dos 100 mil pesquisadores mais influentes do mundo, segundo estudo da Universidade de Stanford, nos Estados Unidos. O ranking lista apenas 600 pesquisadores brasileiros. **Enade** O resultado do Enade 2019 posiciona a Univali entre as melhores de Santa Catarina, com destaque para os cursos de Estética e Cosmética, Arquitetura e Urbanismo, e Fisioterapia, que receberam nota máxima. **Ranking THE** O ranking THE Latin America também destacou a Instituição entre as Melhores da América Latina. **Ranking QS University** E o ranking QS University coloca a Univali como a única universidade não pública catarinense entre as melhores da América Latina pelo terceiro ano consecutivo. **Guia Estadão Quero Faculdade** O Guia Estadão Quero Faculdade classificou 51 cursos da Univali entre os melhores do País. Com quatro estrelas aparecem: Arquitetura e Urbanismo Balneário Camboriú e Florianópolis; Administração Balneário Camboriú, Tijucas, Itajaí e Biguaçu; Gastronomia, Turismo e Hotelaria; Design de Jogos Balneário Camboriú e Florianópolis; Design de Moda; Design Gráfico; Relações Internacionais Balneário Camboriú e Itajaí; Ciência da Computação Itajaí e Kobarzol; Direito Balneário Camboriú, Biguaçu e Itajaí; Estética; Fisioterapia; Ciências Contábeis Biguaçu; Fonoaudiologia; Logística; Comércio Exterior; Medicina; Psicologia; Ciências Biológicas; Engenharia de Computação; Engenharia Ambiental; Publicidade e Propaganda; Farmácia; Jornalismo; Letras; Oceanografia; Enfermagem; Biomedicina; Música Licenciatura e Bacharelado; e Pedagogia EAD. E mais três estrelas: Nutrição; Engenharia Civil; Direito Kobarzol e Tijucas; História; Matemática; Engenharia Mecânica; Engenharia de Produção; Engenharia Química; Ciências Contábeis Itajaí; e Odontologia.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Notas	2020	2019	Passivo	Notas	2020	2019
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	63.432	33.876	Fornecedores	14	6.046	8.548
Mensalidades líquidas a receber	5	19.338	21.507	Empréstimos e financiamentos	15	25.576	18.406
Adiantamentos a empregados/terceiros	6	481	828	Adiantamento de clientes	2	2.190	3.272
Estoques		514	444	Impostos e contribuições a recolher	16	1.100	1.251
Despesas antecipadas	7	822	620	Obrigações sociais e trabalhistas	17	24.780	29.087
Créditos de financiamento estudantil	8	5.218	5.322	Previdência complementar	18	2.212	3.068
Tributos a recuperar	9	2	-	Outras obrigações	19	5.042	7.183
Outros recebíveis	10	6.118	8.071	Total do passivo circulante		66.946	70.815
Total do ativo circulante		95.925	70.668	Não circulante			
Não circulante				Fornecedores	14	1.920	1.254
Mensalidades líquidas a receber	5	419	406	Empréstimos e financiamentos	15	55.713	51.087
Depósitos judiciais	21	308	279	Outras obrigações	19	5.179	2.056
Créditos de financiamento estudantil	8	14.502	12.413	Provisões para contingências	20	9.586	7.290
Tributos a recuperar	9	7.353	7.353	Resultados Diferidos	21	4.510	4.322
Outros recebíveis	10	78	-	Total do passivo não circulante		76.908	66.009
Investimentos	11	34.568	31.641	Patrimônio líquido			
Imobilizado	12	337.264	341.137	Patrimônio social	22	116.710	116.710
Intangível	13	232	637	Ajuste de avaliação patrimonial	23	254.449	255.342
Total do ativo não circulante		394.724	393.866	Déficits acumulados	(24.364)	(44.342)	
Total do ativo		490.649	464.534	Total do patrimônio líquido		346.795	327.710
				Total do passivo e patrimônio líquido		490.649	464.534

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO PERÍODO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2020		2019	
	Notas	Fundação	Hospital (a)	Fundação
Receita operacional				
Mensalidades e Emolumentos		330.654	-	331.730
Receita de serviços		47.220	2.026	75.140
Receita de serviços SUS		-	3.099	-
Outras Receitas		3.046	5	6.359
Subvenções, doações e patrocínios		25.045	7.777	28.392
Receita operacional bruta		405.965	12.907	441.621
Deduções da receita operacional bruta				
(-) Gratuidades educação	24	(55.619)	(165)	(69.641)
(-) Outras bolsas concedidas		(43.383)	-	(30.252)
(-) Mensalidades canceladas		(14.632)	-	(7.767)
(-) Faturamentos glosados		-	(4)	-
(-) Devoluções mensalidades		(1.419)	-	(1.261)
(-) Outras deduções		(119)	-	(130)
Receita operacional líquida		290.793	12.738	332.570
Custo dos serviços prestados				
Serviços de ensino e hospitalares		(156.880)	(1.548)	(183.389)
Outros custos		(46.134)	(560)	(79.700)
Resultado bruto		87.799	10.630	69.481
Despesas operacionais				
Gastos com pessoal e encargos		(40.754)	(266)	(39.217)
Despesas administrativas		(27.235)	153	(22.567)
Resultado oper. antes dos efeitos financeiros		19.810	10.517	7.697
Receitas financeiras		5.984	0	7.449
Despesas financeiras		(7.873)	0	(10.033)
Resultado financeiro líquido	25	(1.889)	0	(2.584)
Resultado operacional		17.921	10.517	5.112
Outros resultados líquido				
Operações com o Imobilizado		989	(1)	(222)
Outros resultados		175	(11.004)	899
Superávit/(déficit) do período		19.085	(488)	5.790

(a) Em 2019 a Entidade efetuou a descontinuidade do Hospital, em 2020 não ocorreram transações relevantes relacionada a essa atividade, restando apenas as operações da Fundação.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Patrimônio Social	Reserva de Subvenção para Investimentos	Reserva de Reavaliação	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Superávit/Déficit Acumulado	Total
Saldo representado em 31 de dezembro de 2018	65.827	50.883	107.239	149.046	(50.587)	322.408
Transferências de Patrimônio Social: Realização da reserva de reavaliação/avaliação			(817)	(126)	943	
Incorporação da Subvenção para Investimentos	50.883	(50.883)				
Ajuste de avaliação patrimonial Superávits do exercício			(106.422)	106.422	5.302	5.302
Saldo em 31 de dezembro de 2019	116.710	(0)	(0)	255.342	(44.342)	327.710
Transferências de Patrimônio Social: Realização da reserva de reavaliação/avaliação						
Ajuste de avaliação patrimonial Superávits do exercício				(893)	893	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	116.710	(0)	(0)	254.449	(24.364)	346.795

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações Gerais • A Fundação Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI, localizada na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, é caracterizada como pessoa jurídica de direito privado *sem finalidade de lucros* e filantrópica, segundo a expressa disposição da Lei de sua criação (Lei Municipal nº 2.515/89), constituída para promover a educação, a ciência e o desenvolvimento social. Para cumprir seus objetivos institucionais e estatutários mantém a Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. Possuindo natureza jurídica de entidade de educação *sem finalidade de lucros* e, também, de entidade beneficente de assistência social portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, a Fundação UNIVALI é detentora das seguintes prerrogativas tributárias sobre impostos e contribuições sociais que lhe foram outorgadas pela Constituição Federal de 1988: • Imunidade sobre seu patrimônio, suas rendas e seus serviços, por força das disposições constantes do artigo 150, inciso VI, alínea "c" da Constituição Federal de 1988 e dos artigos 9º e 14 do Código

Tributário Nacional, que lhe confere imunidade tributária quanto aos recolhimentos do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, dentre outros impostos, bem como sobre tributos indiretos (ICMS, IPI, etc.) nas aquisições de bens, equipamentos, mercadorias e insumos destinados às finalidades essenciais da entidade, nas situações fáticas em que a Fundação UNIVALI figure como "contribuinte de direito" - e não mera "contribuinte de fato" do tributo. • Imunidade sobre as contribuições sociais destinadas ao financiamento da Seguridade Social, por força do artigo 195, § 7º da Constituição Federal de 1988 e do artigo 29 da Lei nº 12.101/2009, que lhe conferem o direito ao não recolhimento das contribuições sociais patronais veiculadas nos artigos 22 e 23 da Lei nº 8.212/1991, dentre as quais podem ser citadas a Cota Patronal Previdenciária, a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, a

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2020	2019
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais		
Superávit/Déficit do período	19.085	5.302
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	8.799	9.082
Provisão de créditos de liquidação duvidosa	1.535	959
Provisão para contingências	2.296	361
Baixa de ativos imobilizados	311	2.686
Total	32.026	18.390
Redução (aumento) nos ativos:		
Mensalidades a receber	621	(936)
Adiantamentos a empregados/terceiros	347	(186)
Estoques	(70)	99
Despesas antecipadas	(202)	127
Créditos de financiamento estudantil	(1.985)	(6.925)
Tributos a recuperar	(2)	2.005
Outros recebíveis	1.875	2.623
Depósitos judiciais	(29)	101
Total	555	(3.092)
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	(1.836)	(3.293)
Adiantamento de clientes	(1.082)	296
Impostos e contribuições a recolher	(151)	(139)
Obrigações sociais e trabalhistas	(4.307)	(745)
Previdência complementar	(856)	(311)
Provisão de custos com reestruturação	-	(3.251)
Resultados diferidos	188	(1.360)
Outras obrigações	982	8.551
Total	(7.062)	(252)
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	25.519	15.046
Fluxo de caixa proveniente (utilizado) nas atividades de investimentos		
Adições ao ativo investimento	(2.927)	-
Adições ao ativo imobilizado	(4.828)	(10.628)
Adições ao ativo intangível	(4)	(6)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimentos	(7.759)	(10.634)
Fluxo de caixa proveniente (utilizado) nas atividades de financiamento		
Aquisição de novos empréstimos	34.398	58.904
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(22.602)	(45.909)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamento	11.796	12.995
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	29.556	17.407
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	33.876	16.469
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	63.432	33.876
Varição de caixa e equivalentes de caixa	29.556	17.407

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CSLL, o SAT, o PIS, dentre outras. Além disso, como entidade beneficiária de assistência social portadora do CEBAS, o § 5º do artigo 3º da Lei nº 11.457/2007 conferiu expressamente à Fundação UNIVALI o direito à isenção quanto ao recolhimento das contribuições sociais devida a terceiros. Como parte integrante do seu objeto social, e no objetivo de gozar dos benefícios tributários outorgados pela Constituição Federal de 1988 e legislação infraconstitucional às entidades de educação e assistência social *sem finalidade de lucros*, a Fundação UNIVALI, como entidade beneficente com atuação preponderante na área da educação, concede bolsas de estudos na forma da legislação vigente (Leis Federais nº 11.096/2005, nº 12.101/2009, nº 12.868/2013, artigos 170 e 171 da Constituição do Estado de Santa Catarina e Lei Estadual nº 14.876/2009), atuando, também de forma complementar e voluntária, na prestação de serviços gratuitos à população nas áreas da assistência social e saúde. **2. Base de preparação** • **2.1. Aprovação das demonstrações financeiras** • As demonstrações financeiras da Fundação UNIVALI - Mantenedora da Universidade do Vale do Itajaí para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram autorizadas para emissão pela diretoria da Fundação em 05 de março de 2021 considerando os eventos subsequentes ocorridos até essa data. **2.2. Normas contábeis** • As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com as disposições da legislação societária brasileira, considerando as alterações introduzidas nas Leis nº 11.638/07, 11.941/09, 11.096/05, 12.101/09, pela Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral NBC TG 26 (e alterações) - Apresentação das Demonstrações Contábeis e pela Interpretação Técnica Geral ITG 2002 (e alterações) - Entidade Sem Finalidade de Lucros. A administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. **2.3. Base de mensuração** • As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação** • As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Fundação. Todas as informações contábeis apresentadas em reais foram arredondadas para o mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.5. Uso de estimativas e julgamentos** • A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Fundação use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências, mensuração de instrumentos financeiros, e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados (previdência complementar). A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Fundação revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. **3. Resumo das principais políticas contábeis** • As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Tais políticas têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados. **3.1. Caixa e equivalentes de caixa** • **a) Caixa e equivalentes de caixa** • Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Fundação considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica com equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **b) Aplicações financeiras** • Os recursos classificados como títulos e valores mobiliários referem-se a valores aplicados com vencimento superior a 90 dias e que não possuem perspectiva de serem utilizados pela Administração antes dos vencimentos previamente estabelecidos. **3.2. Mensalidades líquidas a receber** • Representam, as mensalidades de ensino fundamental, ensino médio, graduação e pós-graduação emitidas, porém não recebidas, além de acordos firmados com estudantes referente a renegociação mensalidades vencidas e de cobranças judiciais. A provisão para créditos duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face, a eventuais perdas na realização das mensalidades, negociações a receber e outros ativos. É calculada considerando os índices históricos de recuperação em suas diversas modalidades. Estes índices são periodicamente revisados buscando uma melhor estimativa para a mensuração desses valores. **3.3. Adiantamentos a empregados/terceiros** • São referentes a adiantamentos efetuados a colaboradores com a finalidade de representação da Fundação UNIVALI em viagens e eventos externos, e adiantamento na

contratação de serviços de fornecedores. **3.4. Estoques** • Os estoques referem-se a medicamentos e materiais de almoxarifado em geral utilizados na prestação de serviços e consumo da universidade. São mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado pelo método da média ponderada móvel. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos quando identificados. **3.5. Despesas antecipadas** • Composto por apropriações de prêmios de seguros, licença de softwares, assinaturas de periódicos e aluguel pagos antecipadamente. **3.6. Créditos de financiamento estudantil** • São representados por valores a receber dos repasses Uniedu que é um programa do Estado de Santa Catarina, executado pela Secretaria de Estado da Educação (SED), que agrega diferentes programas de concessão de bolsas de estudos fundamentados pelos Artigos 170 e 171 e Proesda da Constituição Estadual, para atendimento a estudantes da educação superior e os financiamentos de estudos como o Proafe, Fies e Fundacred para os alunos da graduação de acordo com os critérios de carência estabelecidos nas normas internas da instituição, publicados em editais próprios. **3.7. Imobilizado** • **a) Reconhecimento e mensuração** • Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) quando necessárias. O custo inclui gastos diretos atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Entidade inclui as aquisições de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros gastos que coloque o ativo em local e condição de uso, bem como os custos de desmontagem e de restauração do local em que estes ativos estão localizados. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele dele. Ganhos e perdas na alienação de imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos com o valor contábil



UNIVALI - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ | CNPJ 84.307.974/0001-02



como – com fins específicos, referem-se a recursos recebidos de terceiros para aplicação em projetos e convênios.

5. Mensalidades líquidas a receber • Estão representadas como segue:

Descrição	2020		2019	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Mensalidades	14.741	-	13.872	-
Mensalidades renegociadas	12.798	419	14.301	406
(-) Provisão de créditos de liquidação duvidosa	(8.201)	-	(6.666)	-
Total	19.338	419	21.507	406

As mensalidades são emitidas mensalmente, nos dias 10, 20 e último dia do mês, de acordo com a opção selecionada pelo estudante no contrato de prestação de serviço educacional. A Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa é realizada a partir de dados históricos, ajustado de acordo com a tendência da inadimplência. A movimentação das perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa está composta da seguinte forma:

Descrição	2020		2019	
	Saldo no início do período	Adições	Adições	Saldo no final do período
Saldo no início do período	6.666	-	6.666	-
Adições	9.227	6.688	9.227	6.688
Baixas	(7.692)	(5.729)	(7.692)	(5.729)
Saldo no final do período	8.201	6.666	8.201	6.666

6. Adiantamentos a empregados/terceiros • Estão representadas como segue:

Descrição	2020		2019	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Adiantamentos a funcionários	4	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	475	704	-	-
Adiantamentos de despesas diversas	2	124	-	-
Total	481	828	-	-

7. Despesas antecipadas • Estão representadas como segue:

Descrição	2020		2019	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Seguros	14	23	-	-
Assinaturas	86	46	-	-
Licença para uso de software	437	453	-	-
Manutenção de Equipamentos	3	4	-	-
Comunicação e Marketing	282	94	-	-
Total	822	620	-	-

8. Créditos de financiamento estudantil • Estão representadas como segue:

Descrição	2020		2019	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
FIES	632	-	1.105	2.938
PROAFE	84	91	91	117
Repasse Bolsas UNIEDU	3.022	-	3.664	-
FUNDA-CRED	1.480	14.411	462	9.358
Total	5.218	14.502	5.322	12.413

9. Tributos a recuperar • Estão representadas como segue:

Descrição	2020		2019	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
INSS a recuperar	2	-	-	-
CPMF a recuperar	-	206	-	206
IOF a recuperar	-	86	-	86
IRRF a recuperar (a)	-	7.061	-	7.061
Total	2	7.353	-	7.353

(a) Os valores registrados como IRRF a recuperar- PROIES, referem-se a remissão dos débitos de IRRF perante a Receita Federal e PGFN, de forma que ocorre a manifestação favorável, tanto da Receita Federal como da PGFN, não ocorreu a efetiva extinção (baixa) dos débitos das Certidões de Dívida Ativa - CDA's 91.2.09.002009-01 e 91.2.12.002745-44, o que ensejou a necessidade da Fundação UNIVALI ingressar com ação ordinária perante a 3ª Vara da Justiça Federal de Itajaí, no objetivo de obrigar a União-Fazenda Nacional a operacionalizar e efetivar a remissão dos débitos de IRRF em seus sistemas nos termos da Lei nº 12.989/2014, com a baixa dos respectivos débitos. Em 13/06/2016, houve a concessão de liminar acolhendo parcialmente do pedido e, em 23/09/2016, a prolação de sentença de integral procedência em razão do reconhecimento, pela União, dos pedidos formulados pela Fundação UNIVALI na citada ação (art. 487, III, "a" do CPC), havendo o trânsito em julgado sentença para a União na mesma data. Os valores dessa conta foram reclassificados para o ativo não circulante, por mudança de estimativa quanto ao seu efetivo recebimento, que possui demanda administrativa perante a Receita Federal do Brasil que aguarda homologação.

10. Outros recebíveis • Estão representadas como segue:

Descrição	2020		2019	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
PMP - Petrobras	2.744	-	2.688	-
Outros recebíveis	3.374	78	5.383	-
Total	6.118	78	8.071	-

11. Investimento • Estão representadas como segue:

Descrição	2020		2019	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Acervo Museu	-	-	33.249	30.322
Terrenos - HUPA	-	-	513	513
Edificações e Instalações - HUPA	-	-	806	806
Total	-	-	34.568	31.641

(a) A instituição realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes incluindo o ágio (quando houver), para determinar se esses ativos sofreram perdas por impairment. Esses testes são realizados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Em 31 de dezembro de 2020 a Instituição realizou o teste de recuperabilidade para os investimentos, não sendo identificadas perdas por impairment. No exercício de 2020 foram registrados contabilmente itens no Acervo do Museu no montante de R\$ 2.927, oriundos dos projetos vinculados a Escola do Mar, Ciência e Tecnologia da Fundação.

12. Imobilizado • Está representado como segue:

Descrição	2020		2019	
	Custo corrigido e reavaliado	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	253.285	-	253.285	253.585
Edificações	110.569	(54.444)	56.125	58.448
Instalações	9.687	(6.110)	3.577	4.207
Máquinas e equipamentos	35.483	(27.987)	7.496	8.660
Móveis e utensílios	10.293	(8.414)	1.879	2.206
Veículos	1.157	(1.072)	85	50
Embarcações	136	(109)	27	34
Material bibliográfico	12.599	(11.488)	1.111	1.420
Equipamentos de informação	11.936	(10.311)	1.625	1.736
Benefitórias e obras complementares	8.675	(6.871)	1.804	2.660
Veículos - Leasing	77	(77)	-	12
Ativo de Arrendamento (a)	4.640	(2.651)	1.989	3.314
Importações em andamento	167	-	167	41
Construções em andamento	5.825	-	5.825	2.494
Máquinas e equipamentos - HUPA	3.343	(2.115)	1.228	1.228
Móveis e utensílios - HUPA	496	(257)	239	240
Equipamentos de informação - HUPA	125	(111)	14	14
Benefitórias e obras complementares - HUPA	1.165	(377)	788	788
Total do Imobilizado	469.658	(132.394)	337.264	341.137

Movimentação do imobilizado de 2019 a 2020

Descrição	2019				2020			
	Custo	Adições	Baixas	Transf.	Custo	Adições	Baixas	Transf.
Terrenos	253.585	-	(300)	-	253.285	-	-	-
Edificações	110.569	-	-	-	110.569	-	-	-
Instalações	9.687	-	-	-	9.687	-	-	-
Máquinas e equipamentos	35.433	343	(293)	-	35.483	-	-	-
Móveis e utensílios	10.264	94	(65)	-	10.293	-	-	-
Veículos	1.101	60	(4)	-	1.157	-	-	-
Embarcações	136	-	-	-	136	-	-	-
Material bibliográfico	12.599	10	-	-	12.599	-	-	-
Equipamentos de informação	11.557	81	(169)	467	11.936	-	-	-
Benefitórias e obras complementares	8.359	-	-	316	8.675	-	-	-
Veículos - Leasing	77	-	-	-	77	-	-	-
Ativo de Arrendamento (a)	4.640	-	-	-	4.640	-	-	-
Importações em andamento	41	593	-	(467)	167	-	-	-
Construções em andamento	2.494	3.647	-	(316)	5.825	-	-	-
Máquinas e equipamentos - HUPA	3.343	-	-	-	3.343	-	-	-
Móveis e utensílios - HUPA	497	-	(1)	-	496	-	-	-
Equipamentos de informação - HUPA	125	-	-	-	125	-	-	-
Benefitórias e obras complementares - HUPA	1.165	-	-	-	1.165	-	-	-
Total	465.662	4.828	(832)	-	469.658	-	-	-

Descrição	Taxa %	2019				2020			
		Depreciação	Adições	Baixas	Transf.	Depreciação	Adições	Baixas	Transf.
Edificações	1,59 a 7,63	(52.121)	(2.323)	-	-	(54.444)	-	-	-
Instalações	10	(5.480)	(630)	-	-	(6.110)	-	-	-
Máquinas e equipamentos	10	(26.773)	(1.502)	288	-	(27.987)	-	-	-
Móveis e utensílios	10	(8.058)	(420)	64	-	(8.414)	-	-	-
Veículos	5	(1.051)	(22)	1	-	(1.072)	-	-	-
Embarcações	20	(102)	(7)	-	-	(109)	-	-	-
Material bibliográfico	10	(11.169)	(319)	-	-	(11.488)	-	-	-
Equipamentos de informação	5	(9.821)	(658)	168	-	(10.311)	-	-	-
Benefitórias e obras complementares	20	(5.699)	(1.172)	-	-	(6.871)	-	-	-
Veículos - Leasing	5	(65)	(12)	-	-	(77)	-	-	-
Ativo de Arrendamento (a)	28,6	(1.326)	(1.325)	-	-	(2.651)	-	-	-
Máquinas e equipamentos - HUPA	10	(2.115)	-	-	-	(2.115)	-	-	-
Móveis e utensílios - HUPA	10	(257)	-	0	-	(257)	-	-	-
Equipamentos de informação - HUPA	20	(111)	-	-	-	(111)	-	-	-
Benefitórias e obras complementares - HUPA	5	(377)	-	-	-	(377)	-	-	-
Total		(124.525)	(8.390)	521	-	(132.394)	-	-	-

Total líquido bens tangíveis

2019	2020
341.137	337.264

a) No Exercício Social de 2019, a instituição adotou a contabilização dos arrendamentos mercantis de acordo com a NBC TG 06 (R3) Arrendamento Mercantil o que resultou no reconhecimento do Ativo de Arrendamento. b) A Instituição procedeu à avaliação da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com as Leis nos 11.638/07 e 11.941/09, atendendo ao Pronunciamento Técnico CPC 27, o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil, e a interpretação Técnica IPCPC 10. Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos técnicos internos foram o estado de conservação dos bens, a evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos e a experiência da Instituição com seus ativos. Em 31 de dezembro de 2020 a Instituição realizou o teste de recuperabilidade para os ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos, não sendo identificadas perdas por impairment.

13. Intangível • Estão representadas como segue:

Descrição	2020		2019	
	Custo corrigido e reavaliado	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Software	5.278	(5.087)	191	593
Marcas e patentes	89	(58)	31	34
Software - HUPA	33	(28)	5	5
Marcas e patentes - HUPA	7	(2)	5	5
Total do intangível	5.407	(5.175)	232	637

Movimentação do intangível de 2019 a 2020

Descrição	2019				2020			
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo	Adições	Baixas	Transferências
Software	5.278	-	-	-	5.278	-	-	-
Marcas e patentes	89	4	-	-	89	-	-	-
Software - HUPA	33	-	-	-	33	-	-	-
Marcas e patentes - HUPA	7	-	-	-	7	-	-	-
Total	5.403	4	-	-	5.407	-	-	-

Descrição	2019				2020			
	Amortização	Adições	Baixas	Transferências	Amortização	Adições	Baixas	Transferências
Software	(4.685)	(402)	-	-	(5.087)	-	-	-
Marcas e patentes	(51)	(7)	-	-	(58)	-	-	-
Software - HUPA	(28)	-	-	-	(28)	-	-	-
Marcas e patentes - HUPA	(2)	-	-	-	(2)	-	-	-
Total	(4.766)	(409)	-	-	(5.175)	-	-	-

Total líquido bens intangíveis

2019	2020
637	232

14. Fornecedores • Estão representadas como segue:

Descrição	2020		2019	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Fornecedores - a pagar	6.046	1.920	6.206	1.254
Provisão para Fornecedores	-	-	2.342	-
Total	6.046	1.920	8.548	1.254

Composição das contas a pagar por vencimento:

Aging List Fornecedores	2020		2019	
	Vencidos	Em aberto	Vencidos	Em aberto
A vencer até 30 dias	3.997	7.994	-	-
A vencer até 31 a 60 dias	1.481	235	-	-
A vencer até 61 a 90 dias	104	60	-	-
A vencer até 91 a 180 dias	260	132	-	-
A vencer até 181 a 360 dias	204	127	-	-



UNIVALI - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ | CNPJ 84.307.974/0001-02



envolvendo os Autos de Infração DEBACD 51.056.812-2 e 51.056.817-3, lavrados em 05 de novembro de 2014 pela auditoria fiscal da Secretaria da Receita Federal, no valor, à época da autuação, de R\$ 259.034.469,43, por suposto descumprimento, pela Fundação UNIVALI, ao inciso V do então artigo 55 da Lei nº 8.212/1991 relativamente ao exercício de 2009, bem como por suposta infração aos incisos II e VI do artigo 29 da Lei nº 12.101/2009 em relação aos exercícios de 2009, 2010, 2011 e 2012, e por infração, em todo o período – de 2009 a 2012 – ao artigo 9º combinado com o artigo 14 do Código Tributário Nacional, também pelo fato de a Fundação UNIVALI patrocinar planos de previdência complementar para seus empregados. O processo administrativo em tela, desde 11 de maio de 2015, se encontra no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda – CARF, onde aguarda o julgamento do Recurso Voluntário apresentado pela Fundação UNIVALI. (ii) **Processos vinculados às Contribuições Sociais e Seguridade Social, conforme detalhamento a seguir:** a) Ação Cautelar Preparatória de Ação Civil Pública nº 38643-64.2006.4.01.3400 (2006.34.00.037659-0); O Ministério Público Federal no Distrito Federal promoveu a Ação Cautelar Preparatória da Ação Civil Pública com o interesse de obter autorização judicial para efetuar os lançamentos dos créditos da seguridade social relativos aos anos de 1996 a 2001 contra a Fundação UNIVALI com vistas a eliminar possível prescrição destes créditos no curso da ação principal que pretendia ingressar, denominada Ação Civil Pública. A liminar foi deferida e a Fundação UNIVALI recorreu e o processo foi sentenciado, mantendo-se os lançamentos tributários exclusivamente para se evitar que ocorra a decadência. Foi ajuizada apelação. Aguarda julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Com base na ordem liminar foi lançado o crédito constituído com base na NFDL n. 37.060.847-0, o qual também foi julgado pelo Conselho de Contribuintes e considerado parcialmente decaído. Com a aposentadoria do Des. Federal Luciano Tolentino, os processos que compõem o caso da UNIVALI foram redistribuídos à Des. Federal Angela Caetano (redistribuição por transferência conforme andamentos informados pelo TRF1). Os recursos de apelação da União-Federal (AGU) e da Fazenda Nacional foram providos pela 7ª Turma do TRF da 1ª Região para o fim de julgar extinta a ação por ilegitimidade passiva do Ministério Público Federal, motivo pelo qual restou julgada prejudicada a apelação da Fundação UNIVALI, com resultado, portanto, favorável à Instituição. O respectivo acórdão transitou em julgado a favor da Fundação UNIVALI em 05.02.2020. b) Ação Civil Pública nº 4014-03.2007.4.01.3400 (2007.34.00.004059-3); Considerada a ação principal ao processo indicado na alínea "a", a mesma tinha a intenção de conseguir, em sede de liminar, a declaração da ilegitimidade em relação à imunitade tributária concedida à Fundação UNIVALI, de forma a impedir que a Administração Pública voltasse a lhe conceder o CEBAS, possibilitando o respectivo lançamento dos créditos relativos às contribuições sociais dos anos de 1997 a 2000. O juízo da 2ª Vara Federal do Distrito Federal deferiu a liminar para que fossem suspensos os efeitos do CEBAS e fossem lançados os créditos da Seguridade Social. Após recurso de Agravo de Instrumento da Fundação UNIVALI ao TRF da 1ª Região, a liminar foi cassada, anulando-se todos os lançamentos autorizados pela liminar. Em abril de 2011, o juízo da 2ª Vara Federal do Distrito Federal sentenciou o feito e concedeu nova medida cautelar para o lançamento dos créditos tributários, reservando o direito da Fundação a obter Certidão Positiva de Débitos com Efeitos de Negativa (CPD-EN). Contra a sentença, foi interposto recurso de apelação pela Fundação UNIVALI, que foi provido à unanimidade pela 7ª Turma do TRF da 1ª Região na assentada de 28 de maio de 2019, para julgar extinto o processo em razão da ilegitimidade ativa ad causam do Ministério Público e, por consequência, declarar extintos os débitos constituídos por força das ações do MPF ajuizadas nos anos de 2006 e 2007. Houve apresentação, pelo Ministério Público Federal, de Recurso Especial ao Superior Tribunal de Justiça e de Recurso Extraordinário ao Supremo Tribunal Federal, os quais ainda aguardam julgamento. Não tendo, ainda, ocorrido decisão definitiva/trânsito em julgado desta Ação Civil Pública a favor de qualquer das partes litigantes, pendem, com exigibilidade suspensa no âmbito da PGFN/RFB por força da própria decisão judicial de 1º grau – e, mais ainda, com o provimento recurso de apelação da Fundação UNIVALI –, os Autos de Infração 37.060.345-1, 37.060.847-0, 37.060.850-0 e os débitos constituídos nos autos dos processos administrativos fiscais 10909.000.637/2017-19, 10909.001.439/2009-26 e 10.909.004.225/2008-21, que, conforme última atualização realizada em agosto do ano de 2020 por ocasião do Ofício nº 001/2020 enviado à 13ª Promotoria de Justiça de Itajaí nos autos do Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004602-3, totalizam aproximadamente R\$ 700 milhões. c) Ação Declaratória Incidental nº 28382-08.2009.4.01.3400 (2009.34.00.028910-5); Esta ação judicial foi proposta como nova tentativa do Ministério Público Federal em considerar não prescritos/decaídos os créditos da Seguridade Social relativos aos períodos de 01/01/195 a 01/01/197; 01/01/98 a 31/12/00; e 01/01/01 a 31/12/03 – correspondentes dos períodos dos CEBAS anteriormente concedidos –, ou tratou-se de medida judicial para tentar constituir os créditos lançados com base na liminar que havia sido deferida na Ação Civil Pública nº 2007.34.00.004059-3, posteriormente cassada pela 7ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região em razão do provimento do recurso de apelação da Fundação UNIVALI. O juízo de 1º grau havia proferido sentença a favor do Ministério Público, de cuja decisão foi apresentado recurso de apelação pela Fundação UNIVALI e pela União Federal, recursos estes que restaram julgados prejudicados pela 7ª Turma do TRF da 1ª Região na assentada do dia 28 de maio de 2019, eis que foi declarada, na ação principal (2007.34.00.004059-3), a ilegitimidade ativa ad causam do Ministério Público Federal para ajuizar Ação Civil Pública que verse sobre tributos. Houve apresentação de Recurso Especial, que aguarda julgamento, não tendo ainda ocorrido o trânsito em julgado. d) Ação Declaratória n. 00570798820114013400. Foi ajuizada, pela Fundação UNIVALI, Ação Declaratória após o selo de extinção da Ação Civil Pública nº 2007.34.00.004059-3, com a finalidade de o juízo declarar que os créditos tributários anulados em função da cassação da ordem liminar do juízo de primeira instância não poderiam ser repressinados por sentença. O texto da sentença foi aberto sobre o tema, determinando-se o lançamento sem indicar, contudo, se tais créditos seriam objeto de novo lançamento ou aqueles já anulados seriam convalidados. Na primeira hipótese, tudo indica, teria ocorrido a decadência da maior parte dos créditos objeto da ação. Em função desse novo processo, o juízo alegou litispendência e coisa julgada (embora a ação ainda estivesse em trâmite), extinguindo a ação. Há continência entre as demandas. Contra a sentença, foi interposta apelação pela Fundação UNIVALI, parcialmente provida pela 7ª Turma do TRF da 1ª Região na assentada de julgamento do dia 28 de maio de 2019, para anular a sentença e julgar parcialmente procedente os pedidos da Fundação UNIVALI, anulando os autos de infração/NFDL's. Houve apresentação de Recurso Especial e Recurso Extraordinário pela Fazenda Nacional, os quais aguardam julgamento, não havendo, ainda, trânsito em julgado. e) Ação Popular nº 5000431-55.2010.404.7208; Após a Fundação UNIVALI conseguir, através da Resolução CNAS nº 03/2009, o deferimento da renovação do seu último CEBAS pelo CNAS (Processo 71010.000904/2006-68), foi proposta contra a Fundação UNIVALI perante a 2ª Vara da Justiça Federal de Itajaí a Ação Popular objetivando anular este CEBAS. Em 04.10.2010 a Juíza Federal deferiu liminar contrária a Fundação UNIVALI e houve recurso da liminar concedida sendo a mesma cassada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Esta Ação Popular nº 5000431-55.2010.404.7208 teve sentença de improcedência proferida em 27.10.2014. Em 09.12.2014, o Autor Popular ingressou com recurso de apelação ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, ao qual foi negado provimento, mantendo-se a sentença que indeferiu a ação. Houve, então, apresentação pelo Autor de Recurso Especial ao STJ e subsequente Recurso Extraordinário ao STF, este, não conhecido, "por manifestamente inadmissível (CPC, art. 932, III)". Transito em julgado no Supremo Tribunal Federal a favor da Fundação UNIVALI em 01/05/2019. Processo baixado e arquivado.

21. **Resultados Diferidos** • Estão representadas como segue:

Descrição	2020	2019
Cessão de uso do estacionamento	a) 225	450
Cessão de espaço de divulgação	b) 40	55
Cessão da Folha de Pagamento	c) 3.195	4.028
Revalida	d) -	(211)
PMI/ Fonplata	e) 500	-
PMAP	f) 550	-
Total	4.510	4.322

a) Refere-se a valores recebidos antecipadamente para a renovação do contrato de cessão de uso do espaço do pátio para a exploração do estacionamento. Os valores serão apropriados como receita até o exercício de 2022, sendo que no ano de 2018 a amortização foi equivalente a 75,0% do total, em 2019 foi amortizado 10,0% do total, em 2020 será amortizado 7,5%, em 2021 será amortizado 5,0% do total e 2,5% em 2022, conforme o estabelecido em contrato. b) Refere-se a cessão de espaço publicitário por meio de permuta. As receitas serão apropriadas até julho de 2021. c) Refere-se a cessão para gerenciamento dos valores a pagar oriundo da Folha de Pagamento, com prazo de 72 meses. d) Refere-se ao saldo líquido de receitas e custos diferidos da realização de curso de extensão para revalidação de diplomada de graduação em medicina com termo de cooperação junto a MB Med Clinica e Gestão de Saúde Ltda, em que o reconhecimento da despesa é realizado de acordo com o período execução do serviço. e) Refere-se a valores recebidos antecipadamente do Projeto de Gestão de Obras – PMI/ Fonplata. Os valores serão apropriados como receita em 2021, conforme o período da prestação de serviço. f) As receitas serão apropriadas em 2021, durante a execução do Serviço de Gerenciamento refere-se ao Projeto de Monitoramento da Atividade Pesqueira no Estado de Santa Catarina – PMAP-SC. 22. **Patrimônio Social** • O patrimônio social no montante de R\$ 116.710 em 2020 é constituído pela dotação inicial acrescida dos déficits e superávits acumulados no exercício, os ajustes de avaliação patrimonial enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação e valor de mercado desde a fundação da entidade. 23. **Ajuste de avaliação patrimonial** • A entidade, baseada em laudo de peritos, reconheceu contabilmente em 01 de julho de 2003 a reavaliação dos bens do ativo imobilizado e em 03 de outubro de 2007 a reavaliação dos terrenos. Sendo transferido conforme o CPC 27 o saldo da reserva de subvenção para investimento e incorporado no patrimônio realizado. A entidade, baseada em laudo de peritos, reconheceu em 2010 o ajuste de avaliação patrimonial dos terrenos no montante adicional de R\$ 149.047, mantendo os valores das edificações pelos registros históricos por julgar que os valores contábeis são adequados. 24. **Gratuidades através de bolsas de estudo e projetos sociais** • A entidade além de sistema de bolsas de estudo com recursos próprios para os estudantes, dentro de critérios socioeconômicos, aderiu ao PROUNI em dezembro de 2005, na forma da Lei 11.096, de 13 de janeiro de 2005, estando assim cadastrada como entidade beneficiária e de assistência social na forma do art. 11 da referida lei, passando a conceder bolsas de estudos integrais e parciais dentro dos princípios do projeto de ampla concorrência e de políticas afirmativas do MEC, concedendo ainda bolsas de estudos para o CAU – Colégio de Aplicação Univali, que atua no ensino de crianças, adolescentes e jovens. Para os exercícios de 2020 e 2019, temos as seguintes aplicações em gratuidades apresentadas conforme a Lei 12.101 de 2009 (alterada pela Lei 12.868 de 2013) Portaria Normativa MEC nº 15 de 2017, através da calculadora:

CALCULADORA MEC - ANO 2020			
		Educação Básica	Educação Superior (COM adesão ao PROUNI)
Total de alunos matriculados (a)		1.773	18.399
Alunos bolsa integral (Lei 12.101/2009)	lo	242	0
Alunos bolsa integral e com deficiência (Lei 12.101/2009)	ld	9	0
Alunos bolsa integral (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	lpro	0	3359
Número total de alunos com bolsa integral (Lei 12.101/2009)	I	251	3.359
Outras bolsas integrais (b)		0	16
Alunos inadimplentes (d)		191	2.741
Alunos Pagantes: (a) - (b) - (c) - (d)	N	1.582	15.642
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	Ppro	0	2
Número total de alunos com bolsa parcial de 50% (Lei 12.101/2009)	P	0	2
Número total de bolsas integrais equivalentes	B	253	3.360
Outras bolsas parciais		1.520	7.740

Cálculo dos benefícios complementares			
Montante dos custos realizados pela entidade com os benefícios complementares	Vbc	R\$ 131.849,57	R\$ 0,00
Receita Bruta anual de Mensalidades	M	R\$ 13.787.488,55	R\$ 284.593.573,78
Total de alunos matriculados excluindo-se os inadimplentes	A	1.582	15.658
Valor de referência utilizado para conversão dos benefícios complementares	Vr	R\$ 8.715,23	R\$ 18.175,60
Bolsas integrais convertidas em benefícios complementares		15	0
Limite de benefícios complementares (até 25% do máximo de bolsas integrais)		84	1.120
Número de benefícios complementares utilizado no cálculo	Bc	15	0

Verificação do atendimento das proporções de bolsas de estudo			
Quantidade mínima de bolsas 1/5 (Educação Superior sem Prouni 1/4)		Art. 13	Art. 13-A
Quantidade mínima de bolsas 1/9		Atendido	Atendido

BASE DE CALCULO			
1º regra 20%(1/5) - (total a ser concedido)		1.314	12.283
Excesso/(Falta) de bolsas 100%		263	2457
		5	902

Lei 12.101 de 2009 (alterada pela Lei 12.868 de 2013) Portaria Normativa MEC nº 15 de 2017

CALCULADORA MEC - ANO 2019			
		Educação Básica	Educação Superior (COM adesão ao PROUNI)
Total de alunos matriculados (a)		1.434	19.641
Alunos bolsa integral (Lei 12.101/2009)	lo	206	0
Alunos bolsa integral e com deficiência (Lei 12.101/2009)	ld	9	0
Alunos bolsa integral (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	lpro	0	4472
Número total de alunos com bolsa integral (Lei 12.101/2009)	I	215	4.472
Outras bolsas integrais (b)		0	22
Alunos inadimplentes (d)		149	2.416
Alunos Pagantes: (a) - (b) - (c) - (d)	N	1.285	17.203
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	Ppro	0	5
Número total de alunos com bolsa parcial de 50% (Lei 12.101/2009)	P	0	5
Número total de bolsas integrais equivalentes	B	217	4.475
Outras bolsas parciais		1.122	5753

Cálculo dos benefícios complementares			
Montante dos custos realizados pela entidade com trib. benefícios complementares	Vbc	R\$ 84.480,43	R\$ 0,00
Receita Bruta anual de Mensalidades	M	R\$ 11.831.549,20	R\$ 300.534.902,73
Total de alunos matriculados excluindo-se os inadimplentes	A	1.285	17.225
Valor de referência utilizado para conversão dos benefícios complementares	Vr	R\$ 9.207,43	R\$ 17.447,60
Bolsas integrais convertidas em benefícios complementares		9	0
Limite de benefícios complementares (até 25% do máximo de bolsas integrais)		72	1.492
Número de benefícios complementares utilizado no cálculo	Bc	9	0

Verificação do atendimento das proporções de bolsas de estudo			
Quantidade mínima de bolsas 1/5 (Educação Superior sem Prouni 1/4)		Art. 13	Art. 13-A
Quantidade mínima de bolsas 1/9		Atendido	Atendido

BASE DE CALCULO			
1º regra 20%(1/5) - (total a ser concedido)		1.059	12.731
Excesso/(Falta) de bolsas 100%		212	2546
		14	1926

Lei 12.101 de 2009 (alterada pela Lei 12.868 de 2013) Portaria Normativa MEC nº 15 de 2017

25. **Resultado financeiro** • Estão representados a seguir:

Descrição	2020	2019
Juros	4.923	6.141
Multas de mora	50	28
Descontos auferidos	426	152
Rendimentos de aplicação financeira	421	1.082
Varição cambial	164	46
Total receita financeira	5.984	7.449
Tarifa bancária	(478)	(754)
Juros pagos	(6)	(109)
Multa paga	(2)	(1)
Descontos financeiros concedidos	(1.111)	(811)
Varição Cambial	(415)	-
Juros financiamento do ativo imobilizado	(335)	(175)
Juros com empréstimo do capital de giro	(4.819)	(6.899)
Encargo Convenio Credito Educativo	(317)	(240)
Taxas Fgeduc	(287)	(743)
Taxas Bancaria Fies	(103)	(301)
Total despesa financeira	(7.873)	(10.033)
Resultado Financeiro Líquido	(1.889)	(2.584)

26. **Cobertura de seguros** • A entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras. O procedimento de auditoria focou na análise das apólices de seguro e a cobertura dos bens previstos pelas mesmas. Em 31 de dezembro de 2020 a cobertura de seguro contra riscos operacionais está composta da seguinte forma:

Coberturas	Valor - R\$
Seguro Antenas	355
Seguro Predial	102.000
Veículos	450
Danos Pessoais - Embarcações	131
Total	102.936

27. **Instrumentos financeiros** • A Fundação mantém operações com instrumentos financeiros. A administração é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando a segurança, liquidez e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas em comparação às vigentes no mercado. A Fundação não efetua operações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Fundação. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Fundação. a) **Identificação e valoração dos instrumentos financeiros** • A Fundação opera com diversos instrumentos financeiros, em caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, mensalidades líquidas a receber, outros recebíveis, contas a pagar, fornecedores, empréstimos e financiamentos. b) **Caixa e equivalentes de caixa, mensalidades líquidas a receber, outros recebíveis e fornecedores.** Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização. c) **Empréstimos e financiamentos** • O valor contábil dos empréstimos e financiamentos em reais possuem taxas competitivas, abaixo do valor de mercado. Para os demais empréstimos e financiamentos, são considerados linhas comuns disponíveis no

mercado e por este motivo não apresentam diferenças entre o valor contábil e o valor de mercado. d) **Composição de saldos** • Em atendimento às Normas Brasileiras de Contabilidade, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 estão identificados a seguir:

Descrição	2020	
	Saldo contábil consolidado	Valor de mercado
Empréstimos e financiamentos	81.289	81.289
Mensalidades líquidas a receber	19.757	19.757
Aplicações financeiras	63.103	63.103
Fornecedores	7.966	7.966
Disponibilidades	329	329
Outros recebíveis	6.196	6.196

e) **Risco de liquidez** • É o risco relacionado à capacidade de cumprimento das obrigações financeiras, liquidades com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Fundação na administração de liquidez é garantir, o máximo possível, a liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações, sem causar perdas ou risco de prejudicar as operações da Fundação. f) **Derivativos** • A Fundação tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações das taxas de câmbio de curto prazo e operando apenas instrumentos que permitam controles destes riscos. g) **Gerenciamento de riscos** • Os riscos de mercado são protegidos para suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira, mediante exame e revisão de informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo procedimentos e práticas a ele aplicadas. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Fundação podem ser considerados como: • Risco de taxa de juros • O risco associado é oriundo da possibilidade de a Fundação incorrer em ganhos/perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros e que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Visando a mitigação desse tipo de risco, a Fundação monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas, buscando diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. • Risco de crédito • Esses riscos são administrados por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, tendo a sua carteira de clientes pulverizada. 28. **Eventos Subsequentes** • O ano de 2020, até a data da elaboração e preparação destas Demonstrações Financeiras, em decorrência da Pandemia do novo coronavírus (COVID-19), exigiu das organizações em geral e das instituições de ensino, em particular, a reinvenção de suas atitudes e ações para responder com competência à crise e aos impactos econômicos e financeiros gerados pela pandemia. A Instituição acompanhou e segue acompanhando com atenção e responsabilidade o atual cenário epidemiológico da doença, assim como as normativas exaradas pelas autoridades governamentais, no país, no estado de Santa Catarina e nos municípios de sua área de abrangência, para definir as adequações na oferta das atividades de ensino, pesquisa, extensão e prestação de serviços em todos os seus campi, notadamente no ensino presencial. Desde o início das medidas de isolamento social, a instituição tem estruturado um comitê permanente de gerenciamento de crises, o qual monitora e orienta as ações dos Planos de Contingência (PlanCon), elaborados para todos os níveis e modalidades de ensino da UNIVALI e homologados pelos Comitês Municipais de Gerenciamento da Pandemia de COVID-19. A instituição organizou um modelo estruturado de retorno híbrido que conjuga atividades de ensino presenciais e atividades virtuais (síncronas e assíncronas), utilizando meios e tecnologias de informação e comunicação que salvaguardem o cumprimento do calendário acadêmico e garantam a segurança da comunidade acadêmica dos riscos de contaminação. Nessa trajetória, que iniciou em 18 de março de 2020, e segue até o atual momento, a instituição tem aperfeiçoado significativamente suas ações no ensino presencial e remoto e estruturado sua infraestrutura física e de pessoal para aplicação de todos os protocolos de segurança requeridos nas orientações legais dos órgãos governamentais competentes.

Itajaí, 31 de dezembro de 2020.

A Administração

Valdir Cechinel Filho
CPF 443.476.009-25
Presidente

Cristiane Pauline Souza Felipe
CPF 004.199.969-07
Contadora CRC-SC nº 032.672/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Conselho de Administração Superior da
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ – UNIVALI.
Itajaí - SC

Opinião • Examinamos as demonstrações contábeis da FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ – “UNIVALI”, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da UNIVALI, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidades de lucro (ITG 2002 e alterações). Base para opinião • Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à UNIVALI, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor • A Administração da UNIVALI é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis • A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucro (ITG 2002 e alterações) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a UNIVALI continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a UNIVALI ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da UNIVALI são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis • Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarm